

Coluna do Castello

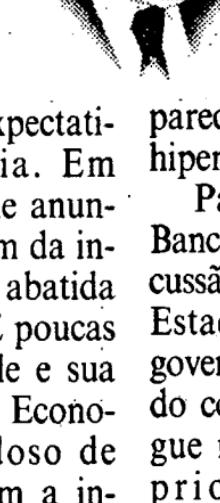
Economistas começam a ver dias melhores

Ao contrário do que fez logo depois de assumir o governo, o presidente Fernando Collor está tendo o cuidado de não avançar o sinal na previsão de reversão das expectativas na economia. Em março de 1990, ele anunciou o próximo fim da inflação, que seria abatida com um só tiro. E poucas semanas depois ele e sua então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anunciaavam a inflação zero. Ambos eram inexperientes, como os fatos iriam demonstrar, e entusiasmaram-se com seu próprio projeto. A ministra tinha no entanto a assessorá-la um operador eficiente como Ibrahim Eris e economistas de conceito acadêmico como Antônio Kandir e Eduardo Modiano.

Agora, quando há sinais mais concretos de que a situação tende a mudar para melhor, Collor limita-se a ver uma luz na boca do túnel somente em 1993. Expectativas nada pessimistas começam a ser sustentadas por pessoas responsáveis, como supostamente o são o ministro Marcílio Marques Moreira e Francisco Gros, presidente do Banco Central. O ministro da Economia canta vitória sobre empresários e especuladores e proclama que a dureza das políticas monetária e fiscal fez com que estoques fossem desovados e caíssem os preços.

Marcílio chega a ser abertamente otimista ao revelar que crê na promessa da carta de intenções ao Fundo Monetário prevendo inflação de 20% ao ano (2% ao mês) ainda a partir de 1992. A quebra do pessimismo se completaria com o fechamento do acordo com os credores e a oferta de alimentos propiciada por uma boa safra agrícola, que está sendo prevista pelo Ministério da Agricultura. Essas coisas estão na entrevista concedida pelo ministro a *O Estado de S. Paulo*.

Já o presidente do Banco Central falou à revista *Veja* em tom mais animado. Se isso não é jogo de marketing político — hipótese que não se coaduna com o perfil dos dois personagens — deve haver realmente algo a justificar expectativas tão favoráveis, depois de alguns meses da mais desanimadora sinistrose. Definiu Gros a atual gestão da



economia como a era do "não pacote, do não choque, do não susto", coisa que uma vez constatada pelos operadores fez o ágio explodir e desaparecer a expectativa da hiperinflação.

Para o presidente do Banco Central a nova discussão sobre o papel do Estado introduzida pelo governo Collor está fazendo com que o país enxergue melhor os seus próprios contornos. A privatização é irreversível, a abertura da economia uma realidade, a desregulamentação outro programa bem-sucedido. E finalmente assegura que o capital estrangeiro "está louquinho para entrar no Brasil". A conclusão da negociação com o FMI e mais um peteleco e tudo estaria no melhor para deslanchar a nova etapa de desenvolvimento.

A tônica pessimista vai refluiendo celeremente e na *Folha de S. Paulo* também de domingo falam-se declarações de economistas de fora do governo concedendo alguma coisa ao governo. Mário Henrique Simonsen confia no ajuste proposto ao FMI e acha que o programa será suficiente para conduzir à estabilidade. O jornal anuncia também que o "sufoco" está trazendo de volta os dólares emigrados.

Eis para os leitores deste jornal uma visão dada por outros jornais. A leitura de domingo terá sido estimulante para Collor e seus ministros, a tal ponto que o otimismo do presidente foi o mais discreto de quantos tiveram a oportunidade de acenar para dias melhores. O presidente, no entanto, apesar de contido, ainda espera que o Natal não seja tão ruim como se esperava, aconselhando que para tanto não se compre agora pois na segunda metade de dezembro os preços poderão estar mais baixos.

Essas são expectativas que há muito não se registravam no país. Se não for uma falsa expectativa, como a população sofrida pode desconfiar, então é de se esperar que, ainda com a inflação alta, 1992 traga pelo menos bons presságios para a economia do país e prenuncie uma década menos dramática do que a de 80, quando quase toda a América Latina viveu na pior.

Uma Câmara menor

Como ficaria composta a Câmara dos Deputados segundo uma projeção do deputado Maurilio Ferreira Lima para um total de apenas 403 representantes: São Paulo, 71; Minas Gerais, 37; Rio de Janeiro, 33; Bahia, 25; Rio Grande do Sul, 24;

Paraná, 22; Pernambuco, 18; Ceará, 16; Santa Catarina, 14; Goiás, 12; Maranhão, 12; Pará, 12; Paraíba, 10; Alagoas, 9; Piauí, 9; Rio Grande do Norte, 9; Espírito Santo, 9; Mato Grosso, 8; Mato Grosso do Sul, 8; Amazonas, 7; Sergipe, 7; Brasília 7; Rondônia, 6; Tocantins, 6; e Acre, Amapá e Roraima, 4 cada um.

Carlos Castello Branco